



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000072142

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000009-79.2023.8.26.0505, da Comarca de Ribeirão Pires, em que é apelante SONIA MARIA MUNHOZ DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO C6 CONSIGNADO S/A.

ACORDAM, em Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma I (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento em parte ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SOUZA NERY (Presidente sem voto), OLAVO SÁ E M.A. BARBOSA DE FREITAS.

São Paulo, 30 de janeiro de 2025

ALEXANDRE COELHO

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação nº 1000009-79.2023.8.26.0505

Apelante: Sonia Maria Munhoz da Silva

Apelado: Banco C6 Consignado S/A

VOTO nº 30455/fhs

APELAÇÃO – CONTRATO BANCÁRIO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO E REPARAÇÃO DE DANO MORAL – Sentença de procedência – Inconformismo da autora – Parcial acolhimento – Contratação de empréstimo consignado não reconhecido pela consumidora – Elementos probatórios que infirmaram a validade da contratação – Prova pericial conclusiva – Privação de parte de verba alimentar – Aplicação do CDC ao caso – Súmula 297 do STJ – Responsabilidade objetiva da instituição financeira – Súmula 479 do STJ – Danos morais configurados – Indenização fixada em R\$2.000,00 – Indenização que deve ser majorada para R\$5.000,00 – Autora demonstrou a fragilidade de sua situação financeira e que tomou as medidas necessárias para fazer cessar os descontos – Montante razoável e proporcional – Precedentes – Honorários advocatícios – Fixação em 10% do valor da condenação – Observância dos requisitos previstos no artigo 85, § 2º, do CPC – Sentença parcialmente reformada – DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Trata-se de apelação interposta pela parte autora contra a r. sentença de fls. 302-307, proferida em ação declaratória cumulada com repetição de indébito e indenizatória por danos morais, cujo relatório ora se adota, que julgou procedente a ação ajuizada, para “1. DECLARAR inexistente o contrato bancário nº 010017194356, no valor de R\$ 2.061,01, bem como, declarar inexigíveis os débitos oriundos dos referidos negócios jurídicos, ficando o requerido proibido em reativar as realizações; 2. CONDENAR a requerida ao pagamento da repetição do indébito, por valor ao dobro do que foram descontados do benefício previdenciário da autora, acrescidos de correção monetária e juros legais de 1% ao mês, desde os indevidos descontos; 3. CONDENAR o requerido ao pagamento, a título de danos morais, no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês, a contar dos descontos indevidos e correção monetária, desde a presente data.”.

A apelante pugna pela reforma da r. sentença, objetivando a majoração dos danos morais suportados, para o valor de R\$20.000,00, bem como pela majoração dos honorários sucumbenciais para R\$ 5.716,05. Sustenta para tanto, em suma, que:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

i) sofreu com descontos em seu benefício previdenciário; **ii)** a ré reitera em sua conduta; **iii)** o montante arbitrado é irrisório; e **vi)** a tabela da OAB fixa para o patrono verba honorária de R\$5.716,05.

Houve oposição ao julgamento virtual.

O recurso foi respondido.

É o relatório do essencial.

O recurso atende aos requisitos de sua admissibilidade e por isso é recebido com efeito suspensivo, consoante artigo 1.012, do Código de Processo Civil.

Cuida-se de ação de responsabilidade civil em que se postula pela declaração de inexigibilidade de débito, repetição do indébito e pela indenização de danos morais em razão de suposta contratação fraudulenta de empréstimo consignado.

O douto juízo julgou a demanda procedente, nos termos já relatados.

Respeitado o entendimento do juízo de primeiro grau, a demanda merecia solução parcialmente diversa.

Pois bem.

Não há dúvidas de que a relação entre as partes é de consumo, aplicando-se a legislação específica do Código de Defesa do Consumidor e, conseqüentemente, a responsabilização objetiva do fornecedor de serviços bancários pelos danos causados ao consumidor.

Ademais, trata-se de entendimento consolidado que as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, porquanto decorre do risco do negócio que caracteriza fortuito interno (Súmulas 297 e 479, STJ). E certo é que compete ao fornecedor de serviços comprovar a existência do negócio jurídico válido, na qualidade de credor e detentor dos meios necessários para a produção dessa prova.

No caso, como bem observado pelo MM. Juízo sentenciante, a prova documental produzida – corroborada pela realização de **perícia grafotécnica (fls. 238-274) – atestou que a assinatura presente no contrato supostamente firmado não pertence à parte autora**, o que denota a falha no sistema de segurança da ré ao realizar contratações. E sendo certo que o autor não autorizou os descontos que incidiram sobre o seu benefício previdenciário, a criação de vínculo contratual, sem qualquer rigor procedimental na conferência da autenticidade da contratação configura conduta contrária à boa fé objetiva



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

esperadas das relações consumeristas.

Em seguimento, uma vez comprovada a ilegitimidade da contratação, tendo o consumidor arcado com descontos em seu benefício previdenciário, o qual possui natureza alimentar, **era realmente caso de condenar a ré a indenizar a parte autora pelos danos morais suportados.**

Ora, ainda que não seja possível presumir a ocorrência de danos morais indenizáveis, a autora comprovou **o recebimento de benefício por invalidez no valor de um salário mínimo**, o que evidencia a fragilidade de sua situação financeira e necessidade de gozar de seu benefício em sua integralidade para manter uma subsistência digna. Deve ser ressaltado que a autora **tão logo notou o indevido desconto em seu benefício previdenciário tomou as cautelas necessárias para cessassem**, devolvendo os valores creditados em sua conta bancária tão logo quanto possível, fatos que demonstram o abalo psicológico e danos causados.

E quanto ao montante indenizatório, dispõe o artigo 944 do Código Civil que: “*A indenização mede-se pela extensão do dano*”, de modo que não há parâmetros legais objetivos para fixação da quantia indenizatória, cabendo ao magistrado, com seu prudente arbítrio, medir as circunstâncias do caso concreto para que o valor da indenização não se torne fonte de enriquecimento ilícito ou, ao contrário, quantia irrisória.

Maria Helena Diniz, ao discorrer sobre a natureza jurídica da reparação do dano moral, afirma que: “... *infere-se que a reparação do dano moral não tem apenas a natureza penal, visto que envolve uma satisfação à vítima, representando uma compensação ante a impossibilidade de se estabelecer perfeita equivalência entre o dano e o ressarcimento. A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e de satisfação compensatória.*”. (Curso de Direito Civil Brasileiro; v. 7, 25ª ed.; Editora Saraiva; 2011; p. 125).

Nesse contexto, tem-se que o montante arbitrado pela r. sentença recorrida a título de reparação do dano moral (R\$2.000,00) não observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade diante do caso concreto.

Ora, a autora sofreu descontos em seu benefício previdenciário, o que denota que o montante arbitrado não atende tanto a finalidade reparatória quanto a punitiva da responsabilidade civil, **comportando readequação para R\$5.000,00**, quantia que se mostra mais adequada e serve ao mesmo tempo como uma compensação à dor da vítima e como uma sanção imposta à ofensora, inibindo-a de praticar novas condutas, sobretudo por ser o padrão



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

utilizado por este Egrégio Tribunal de Justiça em casos semelhantes¹.

Destarte, a r. sentença comporta parcial reforma nesse ponto.

Por fim, em relação aos honorários advocatícios, à luz dos critérios norteadores previstos no artigo 85, § 2º, do CPC, levando-se em consideração que o processo se desenvolveu em **âmbito digital**, sem qualquer necessidade de atuação profissional presencial, o local da prestação dos serviços não é de difícil provimento, a **causa possui baixa complexidade**, a tramitação não excedeu o tempo razoavelmente esperado e, principalmente, que foram **praticados poucos atos processuais**, em razão do julgamento antecipado da lide, revela-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em 10% do valor da condenação, comportando a r. sentença reparo neste ponto.

Diante do parcial provimento do recurso, não há honorários recursais.

Com o intuito de se evitar a necessidade de oposição de embargos declaratórios para o específico fim de prequestionamento, como forma de se viabilizar a interposição de recursos nas instâncias superiores, fica, desde logo, prequestionada toda a matéria apontada, seja ela constitucional ou infraconstitucional e até mesmo infralegal, na medida em que houve a análise e consequente decisão em relação a todas as questões controvertidas, ressaltando que há muito já se pacificou o entendimento de que não está o colegiado obrigado a apreciar individualmente cada um dos dispositivos legais suscitados pelas partes, competindo a estas, no mais, observar o disposto no artigo 1026, §2º do CPC.

Ante o exposto, pelo presente voto, **DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO** à apelação, nos termos acima expostos.

ALEXANDRE COELHO
Relator
(assinatura eletrônica)

¹ Apelação nº 1021956-73.2023.8.26.0576, da Colenda 11ª Câmara de Direito Privado, relator Desembargador RENATO RANGEL DESINANO, j. 04/07/2024; Apelação nº 1010919-46.2021.8.26.0438, da Colenda 19ª Câmara de Direito Privado, relator Desembargador JOÃO CAMILLO DE ALMEIDA PRADO COSTA, j. 04/07/2024 e 1004044-89.2021.8.26.0590, da Colenda 13ª Câmara de Direito Privado, relator Desembargador MÁRCIO TEIXEIRA LARANJO, j. 04/07/2024.